

Curso de Especialização Temas de Direito Administrativo

Ação de Formação Contínua Tipo C

Sessão de 15 de junho de 2012

CONTRATOS PÚBLICOS. CADUCIDADE

I. ACCÕES DE CONTENCIOSO PRÉ-CONTRATUAL

1. Contagem do prazo quando está em causa a impugnação das peças procedimentais (artigo 100.º/2 do CPTA)

1.1. Questão prévia: impugnação das peças procedimentais ≠ impugnação de actos administrativos com fundamento em ilegalidades das peças procedimentais

1.2. Impugnação das peças procedimentais:

1.2.1. Identificação das peças procedimentais (artigo 40.º do CCP)

1.2.2. *Ratio* do regime previsto no artigo 100.º/2 do CPTA

1.2.3. Fundamentos para a impugnação das peças procedimentais (exemplos de alguns vícios frequentes)

1.2.4. Breve nota sobre a legitimidade activa e o interesse em agir

1.2.5. O prazo para impugnação directa das peças procedimentais

1.2.5.1. Posição dominante: prazo de um mês (Ac. STA de 26.08.2009, P.º 0471/09 e Ac. TCA Sul de 23.03.2011, P.º 07056/10)

1.2.5.2. Algumas críticas e sugestões doutrinárias.

2. Impugnação de actos administrativos com fundamento em ilegalidades das peças procedimentais

2.1. A ilegalidade derivada como causa de invalidade dos actos administrativos

2.2. Prazo para impugnação de actos administrativos no contencioso pré-contratual (*remissão*)

2.3. *Avexataquaestio* do prazo de impugnação com este fundamento: um mês após a publicitação das peças procedimentais ou da notificação do acto administrativo que as aplica?

2.3.1. Tese mais “restritiva” (Ac. do STA de 27.01.2011, P.º 0850/10, e Ac. do TCA Sul de 29.03.2012, P.º 08271/11): fundamentos

2.3.2. Crítica da primeira corrente jurisprudencial. Adesão à tese oposta: fundamentos.

3. Caducidade da acção nos casos em que seja invocada a nulidade do acto impugnado (artigo 101.º do CPTA)

3.1. Colocação da questão

3.2. Posição dominante: prazo de um mês (Ac. do STA de 12.12.2006, P.º 0528/06, Ac. do STA de 06.02.2007, P.º 0598/06, e Ac. TCA Sul de 12.01.2012, P.º 08300/11)

3.3. Problemas de compatibilização entre o regime substantivo o regime processual da nulidade

3.4. Conclusão: necessidade de repensar o regime legal.

II. ACÇÕES RELATIVAS A CONTRATOS

4. Caducidade da acção, em especial a contagem do prazo do artigo 41.º/2 do CPTA quando a acção seja proposta pelo Ministério Público

4.1. A (difícil) distinção entre invalidade própria e invalidade derivada. Consequências ao nível processual

4.2. Fixação de um prazo para a impugnação de contratos no contexto da acção administrativa comum

4.3. Momento do início do prazo consoante o impugnante seja uma das partes, um terceiro ou o Ministério Público. Distinção entre ilegalidade originária e ilegalidade derivada

4.4. Exigência de uma conexão entre o clausulado do contrato e a ilegalidade invocada

4.5. Relevância da qualificação do contrato impugnado como administrativo ou de direito privado: o regime da invalidade previsto nos artigos 283.º a 285.º do CCP e nos artigos 285.º a 294.º do CC. Outros regimes de invalidade.

MARCO CALDEIRA
Advogado
Doutorando em Direito
(Ciências Jurídico-Políticas)
na Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa